



**Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do
COPAM**

SANTA ROSA EMPREENDIMENTOS LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo COPAM/SE/PA/Nº 1232/2002/001/2002, por seus procuradores, infra-assinados, inconformada com a r. decisão do Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM em lhe aplicar a penalidade de multa decorrente do Auto de Infração nº 971/2002, vem, tempestivamente, apresentar contra aquela decisão o seu

RECURSO


com fundamento no artigo 44 do Decreto 44.309/06, pelos fatos e fundamentos que a seguir articula.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2006.

João Paulo Campello de Castro
OAB/MG 10.660

Helena Mata Machado de Castro
OAB/MG 100.196


Juliana Koeppel
OAB/MG 75.106



BREVE RELATO

Através do Ofício COPAM/FEAM/DIRFIM/nº 206/2006 a Fundação Estadual do Meio Ambiente comunicou à Recorrente a decisão de lhe aplicar a penalidade de multa, no valor de R\$ 3.193,36 (três mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), com base no Auto de Infração nº 971/2002, pelo fato de:

“o loteamento teve sua implantação iniciada há cerca de 7 anos, não possuindo a pertinente licença de instalação do COPAM, de forma que verificou-se a abertura do sistema viário sem pavimentação, a demarcação de lotes, construção e ocupação de unidades residenciais e instalação da rede de distribuição de energia elétrica”.

1. - PRELIMINARMENTE

1.1 – DA APLICAÇÃO DA NOVA LEI

O Auto de Infração n. 971/2002, lavrado contra a Recorrente foi fundamentado no artigo 32 do Decreto n. 39.424/98, expressamente revogado pelo Decreto n. 44.309 de 5 de junho de 2002, conforme o seu artigo 108.

O processo administrativo para aplicação de penalidade relativo ao Auto de Infração n. 971/2002 encontra-se em fase de recurso, conforme os termos a seguir articulados.

As normas do Código de Processo Civil aplicam-se, subsidiariamente, ao processo administrativo e de acordo com o princípio da aplicação da lei no tempo e espaço.



A lei nova atinge o processo em curso no ponto em que este se achar, no momento em que ela entrar em vigor, sendo resguardada a inteira eficácia dos atos processuais até então praticados. São os atos posteriores à lei nova que se regularão conforme os preceitos desta, segundo o princípio do "tempus regit actus".

Outro princípio processual existente pelo surgimento da nova lei está contido no conceito da "lex mitior".

"Mitior", em latim, é o comparativo do adjetivo "mitise" que significa brando ou benigno. A tradução literal de "Lex Mitior" seria "lei mais branda ou mais benigna", ou seja, lei que beneficia o infrator.

"*Tempus regit actum*", ou seja "o tempo rege o ato" é o princípio pelo qual a lei rege os fatos praticados durante a sua vigência.

Dessa forma, em tese, a lei não pode alcançar fatos ocorridos em período anterior a sua validade, nem ter aplicação àqueles verificados quando de sua revogação, mas aplica-se aos fatos presentes.

Sendo assim, se aplica ao processo administrativo decorrente de aplicação de penalidade pelos órgãos ambientais, no Estado de Minas Gerais, as normas processuais contidas no Decreto n. 44.309/2006, seja pela vigência da nova lei ("*Tempus regit actum*"), seja em virtude de lei mais benéfica ("Lex Mitior").

Pelo Decreto 39.424/98 os recursos interpostos à instância superior deveriam estar acompanhados de documento que comprovavam o recolhimento da respectiva multa (garantia de instância) enquanto que o novo diploma legal não traz esta exigência.



De fato prevê o Decreto nº 44.309 de 5 de junho de 2006, no seu Art. 44 determina:

"Da decisão a que se refere o art. 42 cabe recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação a que se refere o art. 43, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao COPAM, ao CERH ou ao Conselho de Administração do IEF, conforme o caso".
(grifo nosso)

Sendo assim, o novo diploma legal, que revogou em parte o Decreto 39.424/98, beneficia a pessoa do autuado, garantindo seu direito de recorrer independente da quitação da multa.

A circunstância da vigência de nova lei que beneficia o infrator encontra guarida no princípio da "Lex Mitior". (Lei que beneficia o infrator).

Em caso semelhante, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na Apelação Cível n. 0326988-3/00, de 18.06.2003, sendo apelante Cia. Fabril Mascarenhas e apelado o Instituto Estadual de Florestas - IEF, (órgão seccional da Secretaria de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável) foi acolhida a tese do benefício do autuado em virtude da nova lei, nestes termos:

NESTE CASO, SE O PRÓPRIO ESTADO RECONHECEU A SEVERIDADE DA SANÇÃO ANTERIOR, NÃO TEM O DIREITO ADQUIRIDO EM PUNIR O CONTRIBUINTE POR FATO PRETÉRITO. A REVOGAÇÃO DA SANÇÃO PREVISTA NA LEI ESTADUAL N. 10.651, DE 1991, PELA LEI ESTADUAL N. 14.302, DE 2002, TORNA INEXIGÍVEL A PENALIDADE IMPOSTA EM AUTO DE INFRAÇÃO ANTERIORMENTE LAVRADO.



O Relator deste Acórdão, Des. Caetano Levi Lopes, assim se expressou sobre esta questão:

“Se o próprio Estado reconhece que a pena antiga era muito severa, havendo necessidade de atenuá-la, demonstra renúncia ao direito de aplicá-la, não podendo alegar a teoria do direito adquirido em favor da continuação da punição com o plus do qual abriu a mão”.

Diante do exposto, se conclui que em virtude da revogação expressa do Decreto nº 39.424/02, pelo artigo 108 do Decreto nº 44.309/06, o Auto de Infração e respectivo procedimentos administrativos para defesa do Autuado, ora referido, sofre as restrições do princípio da “Lex Mitior.”

2. DO MÉRITO

A recorrente foi autuada com fundamento no inciso 1 do parágrafo 2º, do artigo 19 do Decreto 21.228/81, infração considerada grave pela legislação então vigente.

Não há no caso em tela a necessidade de a Recorrente obter licenciamento ambiental junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental, em razão do tempo em que ocorreu o Auto de Infração, ora impugnado. Nesta época a única legislação aplicável à espécie era a Resolução CONAMA 01/86.

De fato, estabelece a Resolução CONAMA nº 01/86, que dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA:

“Art. 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental - EIA e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente e da SEMA em



caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente tais como:

.....

XV - projetos urbanísticos, acima de 100 ha (cem hectares) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;" (grifo nosso)

Desta forma, de acordo com a norma supracitada, dependem de licenciamento os projetos urbanísticos acima de cem hectares e os de relevante interesse ambiental.

O empreendimento da Recorrente, denominado Loteamento Vale das Acácias, possui um tamanho bastante inferior a 100 hectares, qual seja, a área equivalente a 315.771,67 m². Ademais, na área deste loteamento, localizado no Município de Santa Luzia, não existe nenhum interesse ambiental relevante. Portanto, não tem a Recorrente a obrigação legal de requerer licenciamento ambiental ao COPAM.

Na época da autuação, a Fundação Estadual do Meio Ambiente considerava que todo e qualquer loteamento urbano deve ser licenciado, de acordo com o que estabelece a Deliberação Normativa COPAM nº 01/90.

No entanto, esta interpretação manifestada pelo ilustre órgão ambiental, se mostra, *concessa venia*, equivocada. A referida Deliberação Normativa não estabelece obrigação legal de se obter licenciamento; ela apenas, nos seus próprios dizeres, "estabelece os critérios e valores para indenização dos custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental e dá outras providências" (grifo nosso). É óbvia a diferença entre a imposição de obrigação legal de se requerer licenciamento ambiental e a simples definição de valores e critérios para custos de análise dos licenciamentos já pleiteados.



A Deliberação Normativa COPAM nº 58, publicada no ano da autuação em tela, veio estabelecer normas para o licenciamento ambiental de loteamentos do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais. Esta norma é muito clara ao determinar que apenas os empreendimentos anteriores à data da sua publicação, instalados em áreas de sub-bacias hidrográficas enquadradas na classe especial e classe I e nas zonas de amortecimentos de unidades de conservação de proteção integral, deveriam submeter-se ao licenciamento corretivo.

É o que diz o art. 2º, § 1º, desta DN:

“Art. 2º - Fica vedado o parcelamento do solo:

I - Em sub-bacias hidrográficas enquadradas na classe especial e classe I, de acordo com o que estabelece o art. 1º e o inciso VI do art. 4º da Lei Estadual nº 10.793, de 02 de julho de 1992;

II - Em zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, conforme artigo 49 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 1º - Os empreendimentos implantados até a data de publicação dessa Deliberação Normativa nas áreas a que se refere o caput deste artigo deverão requerer licenciamento corretivo, nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual nº 39.424, de 5 de fevereiro de 1998.” (grifo nosso)

Comprovado que o empreendimento em questão teve sua implantação muito antes da publicação da DN COPAM nº 58 e que sua localização não se enquadra nas áreas definidas no supracitado art. 2º, está demonstrado de forma bastante elucidativa que a legislação aplicável ao presente caso é a Resolução CONAMA 01/86, a qual isenta a Recorrente da obrigação de requerer licenciamento ambiental junto ao Conselho Estadual de Política



Ambiental, para a instalação do seu empreendimento.

Portanto, o Auto de Infração ora impugnado, que constatou como suposta infração o fato de a Recorrente não possuir Licença de Instalação, está eivado de nulidade, pois falta-lhe fundamento legal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto espera a recorrente que, em razão das alegações constantes neste recurso, sejam as mesmas acolhidas e determinado o arquivamento do Auto de Infração nº 971/2002.


Protesta pela juntada do instrumento de substabelecimento.

Temos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2006

João Paulo Campello de Castro
OAB/MG 10.660

Helena Mata Machado de Castro
OAB/MG 100.196


Juliana Koeppel
OAB/MG 75.106